

Anuário Estatístico de Portugal
2012

Anuário Estatístico

O Instituto Nacional de Estatística divulga a sua principal publicação de referência, o Anuário Estatístico de Portugal. O ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2012 está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado – e vinte e oito subcapítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores face a 2012 e comparações de Portugal com a União Europeia.

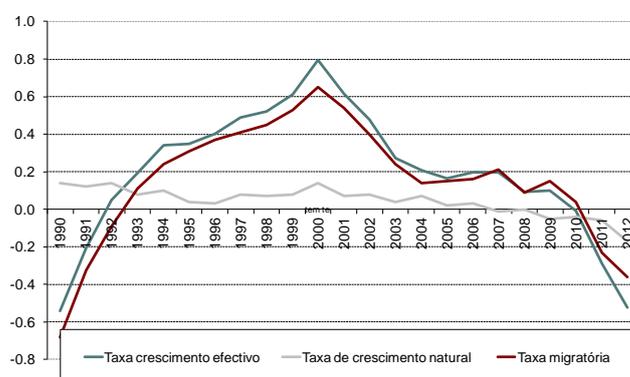
Enquadramento populacional

Em 2012 verificou-se uma diminuição da população residente, em linha com a tendência iniciada em 2010, mas agora de forma bastante mais acentuada. A população estimada é de 10487289 indivíduos, menos 55109 do que em 2011, o que representou uma taxa de crescimento efetivo na ordem de -0,52% (que compara com a taxa de -0,29% registada em 2011). A diminuição da população é resultante das seguintes tendências: por um lado, a taxa de crescimento natural tem apresentado um perfil descendente, com valores moderados desde 2001, passando a evoluir negativamente a partir de 2009; por outro lado, a taxa migratória, que tem fornecido a principal e única contribuição, nos anos mais recentes, para a variação positiva da população, desacelerou fortemente em 2010, tendo passado de 0,15% para 0,03%, de 2009 para 2010, e registou valores negativos nos anos seguintes, situando-se em -0,35% no ano de 2012.

O saldo migratório tem sido determinante para o perfil de evolução da população residente. A média das taxas de crescimento da população entre 1990 e 2010 foi de 0,25%, que resultou dos contributos da taxa migratória em 0,20% e da taxa natural em 0,06%. Considerando

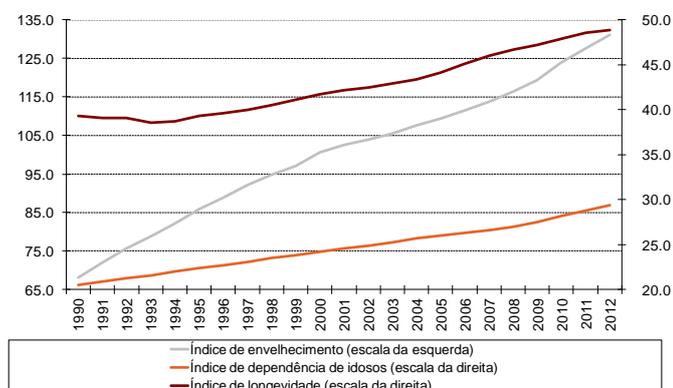
separadamente a década de 90 e aquela que se iniciou em 2000, os contributos foram, pela mesma ordem, de 0,13% e de 0,09%, na primeira década, de 0,27% e de 0,04%, na segunda década (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da População



O peso da população idosa manteve um perfil ascendente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com idade inferior a 24 anos apresentou uma tendência de sistemática redução. Na década de 90 representava, em média, 33,7% do total, enquanto na década seguinte já valia um pouco menos de 28,3%, e em 2012 representava 25,5% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária

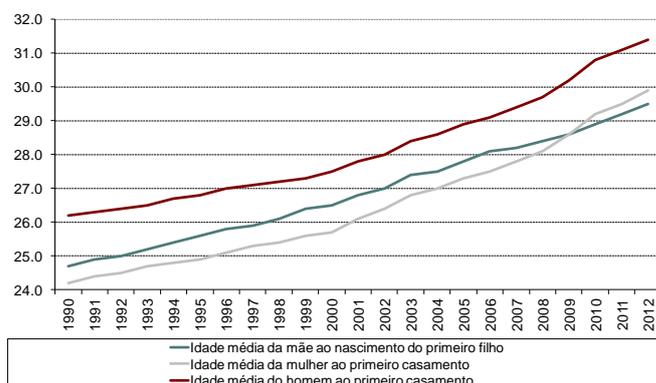


A taxa de fecundidade geral apresentou um valor médio de 44,3‰ na década de 90, tendo decaído na década seguinte para 42,0‰, voltando a diminuir nos anos seguintes, para se situar em 36,3‰ em 2012. Por outro lado, neste último ano o índice de longevidade foi de 48,9, o nível mais elevado desde 1990, sendo evidente uma tendência de aumento a partir de 1995, ano em que este indicador se situava em 39,3. O rácio entre a população com mais de 65 anos e a população até 14 anos (índice de envelhecimento) atingiu também o seu ponto mais elevado, alcançando 131,1, quando em 2000 era de 100,6 e em 1990 fora de 68,1.

Estas tendências populacionais têm-se desenvolvido num contexto de mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores. As médias das idades das mulheres quer à data do primeiro casamento quer ao nascimento do primeiro filho foram sistematicamente aumentando desde 1990. Assim, em 2012 a idade da mulher ao primeiro casamento era de 29,9 anos (25,7 anos e 24,2 anos, em 2000 e 1990, respetivamente), enquanto a idade ao nascimento do primeiro filho se situava em 29,5 anos (26,5 anos e 24,7 anos, para os mesmos períodos e pela mesma ordem). A média da idade dos homens ao primeiro casamento também foi

aumentando, sendo de 31,4 anos em 2012 (27,5 anos e 26,2 anos em 2000 e em 1990, respetivamente). A diferença de idades entre homem e mulher ao primeiro casamento tem diminuído progressivamente: era de 2 anos em 1990, de 1,8 anos em 2000, estabilizou entre 2002 e 2011, e diminuiu para 1,5 anos em 2012 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade



Paralelamente, o número de casamentos tendeu a diminuir, com especial incidência a partir de 2000. Na década de 90 a diminuição foi de fraca intensidade (a média das taxas de variação foi de -0,4%), mas na década seguinte a quebra foi muito mais acentuada (média de -5,1%). Em 2010 a taxa de variação foi de -1,0%, mas em 2011 voltou a registar-se uma forte diminuição (-9,9%) que se atenuou em 2012 (-4,5%). Neste último ano os casamentos celebrados representavam menos de 54,0% dos celebrados em 2000. O número de casamentos católicos celebrados foi acompanhando esta tendência descendente, e até de forma mais intensa, representando apenas em 2012 cerca de 31,3% dos celebrados em 2000. Desde 2007 que a proporção de casamentos católicos celebrados caiu para menos de metade do total dos casamentos, atingindo o valor de 37,6% em 2012 (em 2000 e em 1990 esta proporção era 64,8% e de 72,5%, respec-

vamente). A proporção de casamentos entre estrangeiras/os e portuguesas/es manifestou uma tendência contrária até 2008, ano em que atingiu o seu valor máximo, mas desde então também diminuiu para 10,8% em 2010, invertendo este movimento em 2011 e atingindo 12,2% em 2012 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Casamentos e divórcios

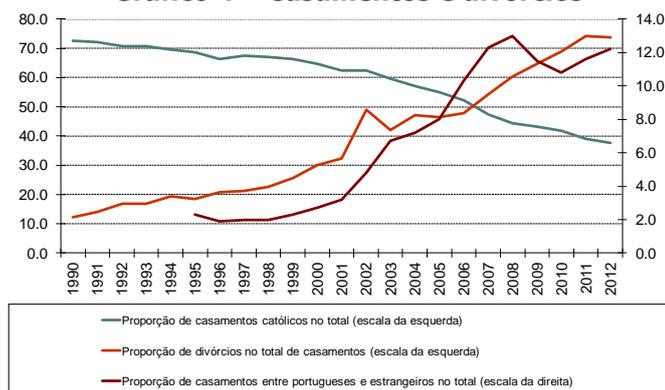
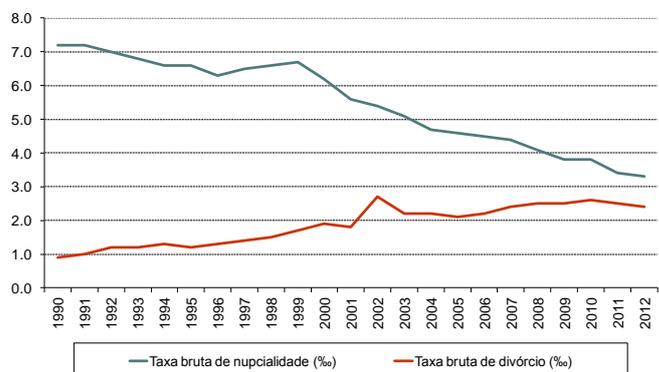


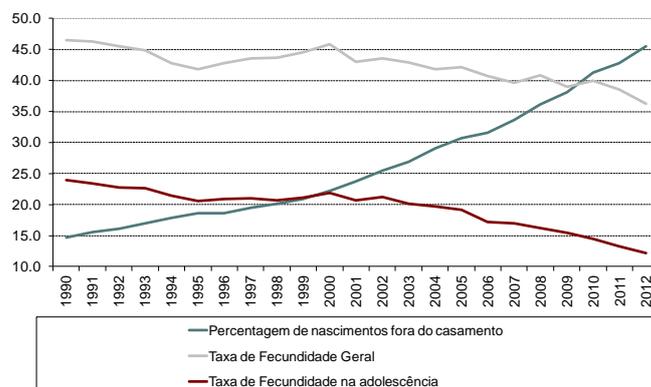
Gráfico 5 – Taxas de nupcialidade e de divórcio



O número de divórcios tomou uma tendência contrária à dos casamentos celebrados. Considerando 1990 como referência, em 2000 o seu número duplicou, tendo triplicado em 2010. No período mais longo (1990-2012), o número de divórcios registou uma taxa média de crescimento anual de 5,6%, embora entre 2000 e 2010 o ritmo tenha sido mais moderado, de 4,8%. Desde 2010 que a evolução contrariou a tendência longa, registando-se uma variação de -2,9% em 2011 e de -5,1% em 2012 (Gráfico 5).

A percentagem de nascimentos fora do casamento foi também aumentando, passando do valor de 22,2% em 2000 para 45,6% em 2012 (71,9% dos quais com coabitação dos pais). Manteve-se a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência que se verifica desde 2000. Nesse ano a taxa situou-se em 21,9‰, muito próxima da média dos níveis da década anterior, mas desde então o movimento descendente foi nítido, atingindo-se uma taxa de 12,2‰ em 2011. A taxa de fecundidade geral foi diminuindo desde 2000, oscilou em torno de 40,0‰ entre 2007 e 2010, e diminuiu para 36,3‰ em 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Indicadores de natalidade

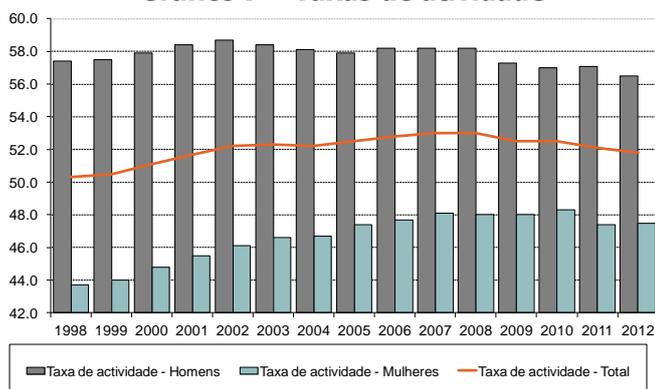


Enquadramento socioeconómico

População ativa, emprego e desemprego

Em 2012 a taxa de atividade registou um valor próximo do verificado em 2001, fixando-se em 51,8%. Relativamente ao ano precedente a descida verificou-se tanto em valor absoluto, com menos 48,4 mil indivíduos ativos, como também face à população residente, com uma variação de - 0,3 p.p., ligeiramente menos intensa do que a verificada em 2011 (-0,4 p.p.). A análise da taxa de atividade por género permite verificar uma tendência para a redução da diferença entre a taxa de atividade masculina e feminina. Esta diferença que foi de 13,7 p.p. em 1998 decrescendo até atingir os 9 p.p. em 2012 (Gráfico 7).

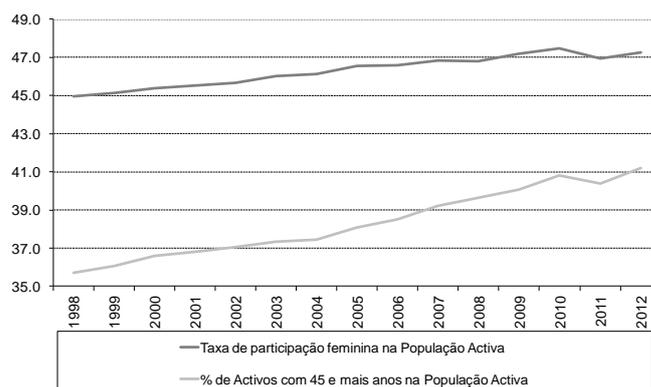
Gráfico 7 – Taxas de atividade



Contrariamente, ao resultado de 2011 em que a percentagem de população ativa com 45 ou mais anos face ao total diminuiu 0,4 p.p., em 2012 aumentou cerca de 0,8 p.p.. Esta proporção apresentou uma tendência de aumento ao longo dos últimos 20 anos. Em 1998 a população com 45 e mais anos representava um pouco menos de 36,0% do total da população ativa, enquanto em 2012 o seu peso se situou em cerca de 41,2%. A proporção da mesma faixa etária relativamente ao emprego,

além de ter revelado um comportamento semelhante, apresentou sempre valores mais elevados do que os correspondentes do rácio respeitante à população ativa (Gráfico 8).

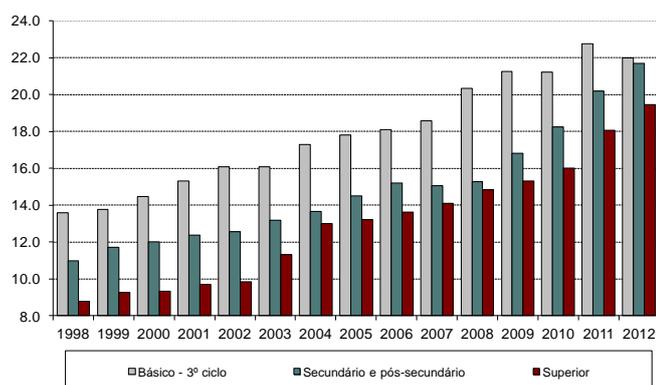
Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Ativa



O grau de escolaridade da população ativa manteve a tendência de crescimento que se verifica desde 1998. Completaram o ensino superior cerca de 68,8 mil indivíduos, valor que corresponde a uma taxa de crescimento de 6,9% e a quase 1/5 da população ativa. O ensino secundário registou um aumento anual ligeiramente acima do observado no ensino superior em termos absolutos, com 69,6 mil indivíduos, embora inferior em termos relativos, correspondente a uma taxa de crescimento de 6,2%. A população ativa e o emprego que tinham vindo a crescer desde 1998 registaram uma inflexão dessa tendência em 2008. Entre 1998 e 2008 a população ativa e o emprego cresceram à taxa média anual de 1,0% e de 0,7%, respetivamente. No período de 2008 e 2012 verificou-se a população ativa a decrescer 0,6% e o emprego diminuiu 2,8%. Quando comparados os resultados com os valores para a UE27 verifica-se que em média a força de trabalho em Portugal é menos qualificada do que a média europeia. A proporção de traba-

lhadoras/es com o ensino superior é de 18,7% em Portugal e de 26,4% na EU27. Igualmente no ensino secundário e pós-secundário se verifica uma diferença no mesmo sentido entre os valores verificados em Portugal relativamente à UE27. No entanto, esta diferença, que em 2005 fora de cerca de 34,0 p.p., tem vindo a decrescer, tendo-se fixado em 2012 em 26,5 p.p.. Em sentido inverso verifica-se que as/os trabalhadoras/es cujo grau máximo de habilitações é inferior ao secundário é em Portugal de 56,2%, quando na UE27 o rácio correspondente é de cerca de 20,0% (Gráfico 9).

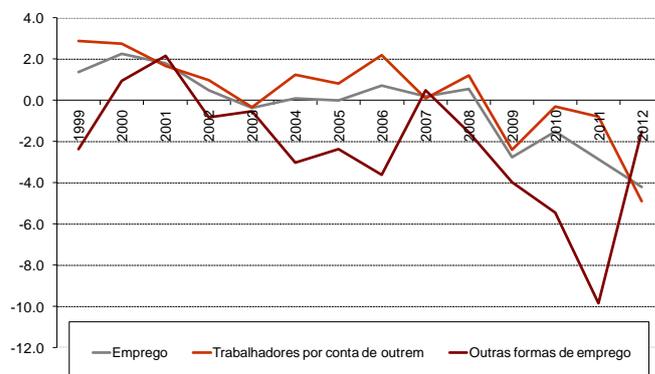
Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Ativa



A queda do emprego já verificada nos três últimos anos (-2,8%, -1,5% e de -2,8%) agravou-se em 2012, ano em que se registou a maior diminuição, de -4,2%. Estas sucessivas quedas no emprego correspondem à extinção de aproximadamente 563 mil empregos, levando os níveis de emprego para valores inferiores aos registados em 1998.

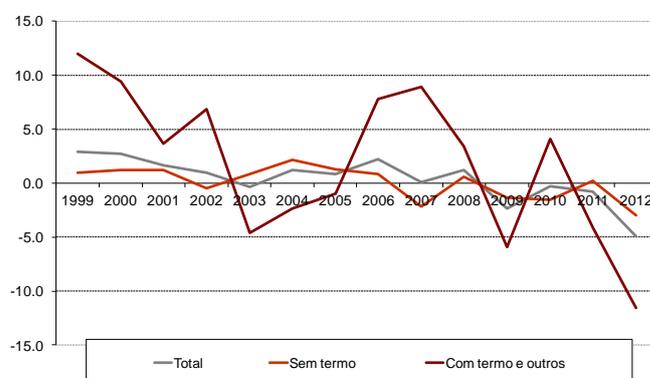
As diferentes formas de emprego exceto por conta de outrem foram responsáveis por 62,7% da queda do emprego entre 2008 e 2011. Já em 2012 houve uma alteração desta contribuição, sendo o emprego por conta de outrem responsável por 92,3% da quebra.

Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego



No universo das/os trabalhadoras/es por conta de outrem a queda mais acentuada verificou-se nos contratos com termo e outros (-11,5%). Nas/os trabalhadoras/es com contratos sem termo a perda de emprego não foi tão significativa registando uma queda mais ligeira de 3,0%.

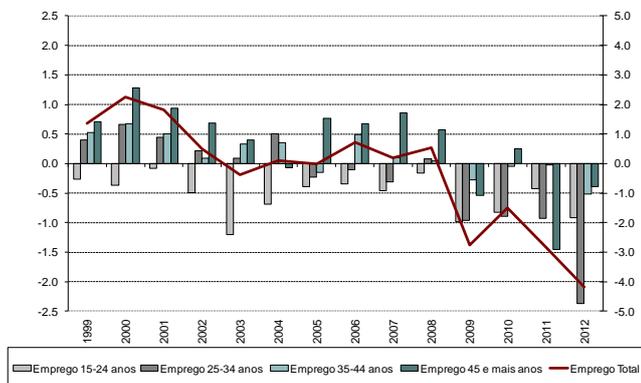
Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



Ao longo de 2012 a faixa etária mais penalizada pela quebra no emprego foi a delimitada por 25 e os 34 anos, tendo essa diminuição representado cerca de 68,0% da do total de perda desta faixa entre 1998 e 2012. No ano anterior, a faixa etária que registou um maior decréscimo foi a de 45 e mais anos. A população empregada na faixa etária entre os 15 e os 24 anos foi sempre diminuindo

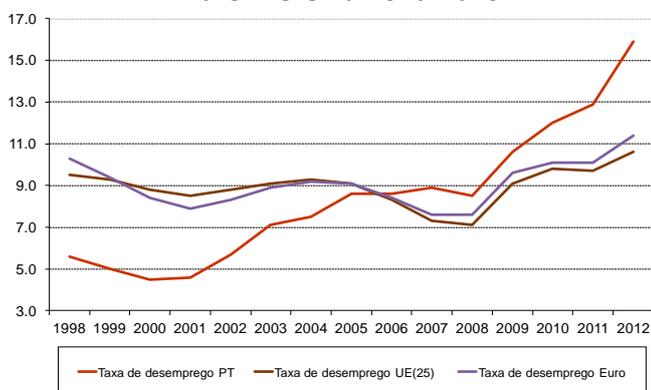
desde 1998, acumulando a maior perda de emprego (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Contribuições (%) do emprego por faixas etárias para a taxa de variação anual do emprego total



Desde 2001 que a taxa de desemprego tem manifestado uma tendência de aumento, apenas contrariada em 2008. Em 1998 a taxa de desemprego em Portugal encontrava-se significativamente abaixo da média da UE25 (-3,9 p.p.). A sua contínua trajetória de aumento, nem sempre em sintonia com a evolução registada na UE25, levou a que a taxa de desemprego em Portugal se apresentasse a níveis mais elevados do que na UE25 a partir de 2006. O diferencial entre as taxas atingiu 5,3 p.p. em 2012, o ano em que a taxa de desemprego em Portugal alcançou um novo máximo de 15,9% (Gráfico 13).

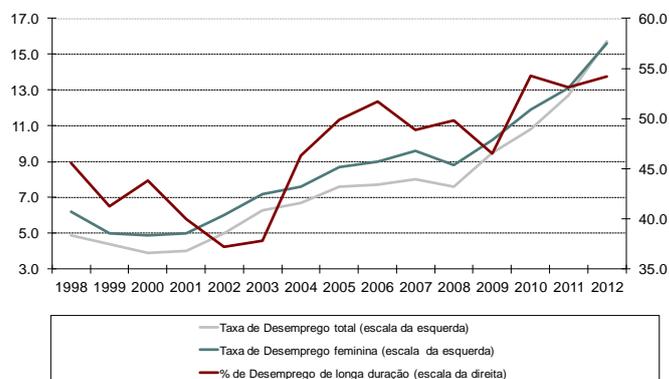
Gráfico 13 – Taxas de desemprego em Portugal, na UE25 e na zona Euro



A taxa de desemprego feminino tem registado valores superiores à taxa média de desemprego total e acompanhado a tendência de crescimento total. No ano de 2012 a taxa de desemprego feminino foi sensivelmente idêntica à total.

A proporção de trabalhadores/as desempregados/as há mais de um ano registou um novo máximo, depois da atenuação observada em 2011, fixando-se em 54,2%, o que corresponde aproximadamente 466 mil indivíduos (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Desemprego feminino e de longa duração



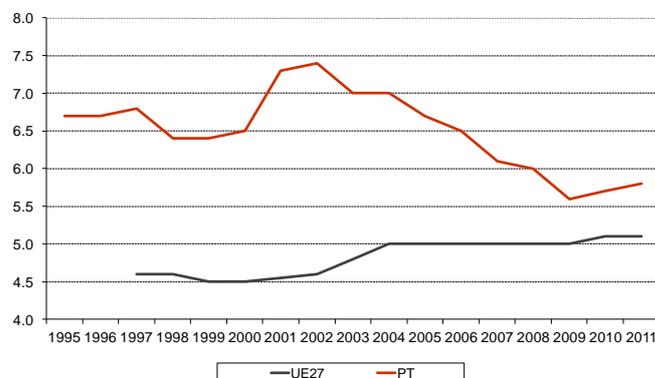
Rendimento e condições de vida das famílias

Em 2011 registou-se um ténue agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento, à semelhança do que já acontecera no ano precedente. As evoluções nestes dois anos contrariaram a tendência que se observava desde 2003. O risco de pobreza manteve-se relativamente estabilizado num patamar baixo face ao nível em que se situava em 2003 (17,9% em 2011, contra 20,4% em 2003). Subsistem, no entanto, diferenças apreciáveis quando se consideram diferentes estratos da população.

Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2011 o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento foi 5,8 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento. Este valor representa um ligeiro acréscimo face aos resultados referentes a 2010, prolongando o movimento no mesmo sentido que já se verificara nesse ano. Em todo o caso, este indicador mantém um nível inferior quer ao máximo de 2002, que foi de 7,30, quer ao de 2008, em que situara em 6,0.

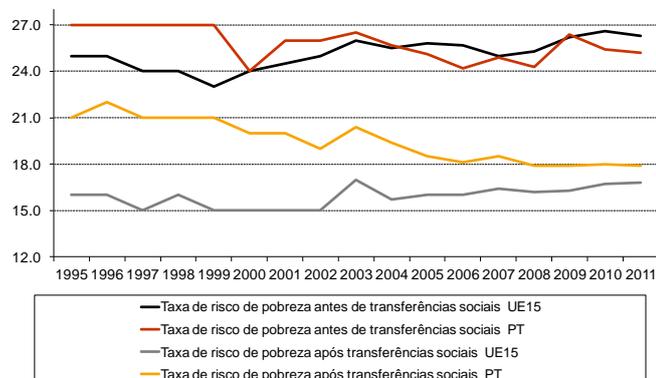
O indicador continua a refletir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, embora em menor grau nos anos mais recentes, apesar dos aumentos registados em 2010 e em 2011. Este menor diferencial deve-se às melhorias já assinaladas para Portugal desde 2003 e a uma estabilização ou mesmo algum agravamento verificado nos últimos anos à escala europeia. No caso da UE27 este indicador estabilizara em 5,0 entre 2004 e 2009, tendo aumentado ligeiramente nos dois anos subsequentes. A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação tendencial dessa disparidade desde 2006, também devido a andamentos opostos dos indicadores em Portugal e na Zona Euro (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2011 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se tenha situado em 17,9%, a que corresponde uma diminuição de 0,1 p.p. relativamente à proporção referente a 2010. Este indicador já toma em conta quer os rendimentos provenientes das pensões (velhice e sobrevivência), quer as transferências sociais (relacionadas com a doença e incapacidade, apoio à família, desemprego e inserção social). Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, o risco de pobreza seria na ordem 45,4%, mais 2,9 p.p. do que em 2010; considerando adicionalmente as pensões, o risco de pobreza diminuiria para 25,2%, menos 0,2 p.p. do que em 2010 (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza



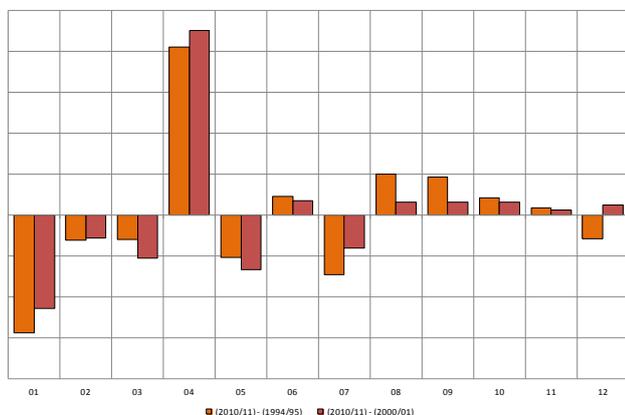
Comparando com a UE27, o risco de pobreza tem sido mais elevado em Portugal, o que numa primeira fase se deveu tanto ao diferencial de risco antes das transferências sociais, até 2003, aproximadamente, como ao menor impacto das transferências sociais. Porém, a partir de 2004 o diferencial do risco de pobreza antes das transferências face à UE27 atenuou-se, passando a contar sobretudo o diferencial do impacto das transferências, que aliás foi diminuindo. Em consequência, registou-se uma tendência para a diminuição do diferencial face à UE27 da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

O risco de pobreza continua a apresentar diferenças de acordo com o género (não muito significativas), a idade dos indivíduos (mais acentuadas nos jovens e nas/nos idosas/os até 2010, verificando-se no ano seguinte uma redução de 0,7 p.p. e de 2,6 p.p., respetivamente), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (as/os desempregadas/os têm um risco de pobreza muito superior à média, as/os empregadas/os muito inferior). Comparando com 2003, em geral a tendência tem sido de lenta diminuição, embora haja alguma diferenciação nos estra-

tos em que o critério de agrupamento das famílias resulta da combinação do número de adultos com o número de crianças. Especificamente, nos agregados com crianças dependentes a taxa de risco não registou alterações significativas, tendo mesmo aumentado em alguns subtratos. A principal exceção à tendência de melhoria encontra-se nas/nos desempregadas/os, cujo risco de pobreza aumentou 9,9 p.p. entre 2004 e 2011, situando-se a taxa, neste último ano, em 38,3%. Assinale-se também que na faixa etária situada entre 18 e 64 anos não se registou uma melhoria significativa entre 2003 e 2011, pois os ganhos alcançados até 2009 foram praticamente anulados pela deterioração nos dois anos seguintes.

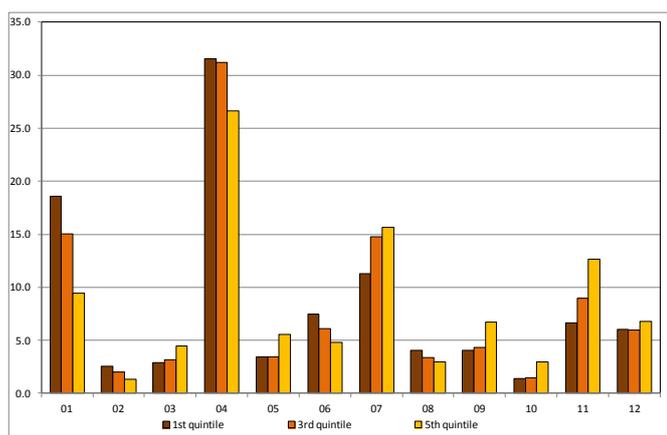
A estrutura da despesa de consumo final pelas famílias segundo as 12 classes da Classificação do Consumo Individual por Objetivo sofreu alterações significativas na última década, aliás em prolongamento do que já se verificara entre 1995 e 2000. As mais relevantes consistiram no aumento das despesas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, na ordem de 9,0 p.p., e na diminuição das de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, em cerca de 4,5 p.p.. Mas também as despesas em móveis e em equipamentos domésticos, bem como de vestuário e de calçado e, em menor grau, em bebidas alcoólicas e tabaco e em transportes registaram diminuições apreciáveis. Em contrapartida, os aumentos, menos substanciais, verificaram-se nas despesas de comunicações, lazer, distração e cultura, e no ensino (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Diferenças nas estruturas de despesas de consumo das famílias



Considerando as diferenças na estrutura da despesa em consumo por quintil de rendimento em 2010/2011, é aparente uma mudança nos padrões de consumo em concordância direta com os quintis de rendimento. Nos primeiros quintis privilegia-se a despesa em bens alimentares e bebidas não alcoólicas, em habitação, água e energia, e em transportes. Em contrapartida, no 5º quintil as despesas em hotéis, restaurantes, transportes, lazer e cultura têm relativamente maior importância (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Diferenças nas estruturas de despesa de consumo por quintil de rendimento



Classes da Classificação do Consumo Individual por Objeto

C01	Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas
C02	Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes
C03	Vestuário e calçado
C04	Habitação; água, eletricidade, gás e outros combustíveis
C05	Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação
C06	Saúde
C07	Transportes
C08	Comunicações
C09	Lazer, distração e cultura
C10	Ensino
C11	Hotéis, restaurantes, cafés e similares
C12	Outros bens e serviços

Em 2012, a taxa de privação material (a percentagem de pessoas que nesse período viviam em agregados em que se verificava a falta de pelo menos três dos nove itens de privação por motivos económicos) foi de 21,8%, o que representa um acréscimo de 0,9 p.p. relativamente a 2011. Porém, este indicador não apresenta uma tendência evidente, antes tem revelado sucessivas oscilações, com um máximo de 23,0%, em 2008, e um mínimo mais próximo, de 20,9%, em 2011. Considerando uma estratificação por classes etárias, verifica-se que apenas na classe de mais de 65 anos há uma tendência perceptível de diminuição (o indicador tomou o valor de 21,7% em 2012, quando em 2004 se situara em 31,1%).

Manteve-se em 2012 a tendência para a difusão das TIC junto das famílias, a avaliar pelo conjunto de indicadores disponíveis, os quais voltaram a apresentar aumentos significativos face ao observado em 2011, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Em 2012, 66,1% dos agregados familiares possuíam computador, o que representa um acréscimo de 2,4 p.p. face ao ano precedente, e mais 23,6 p.p. do que em 2005. A *internet*

podia ser acedida por 61,0% dos agregados (58,0% em 2011), e mais de 59,7% podia fazê-lo através da banda larga (56,6% em 2011), quando em 2005 os correspondentes valores eram de 31,5% e de 19,7%.

Educação

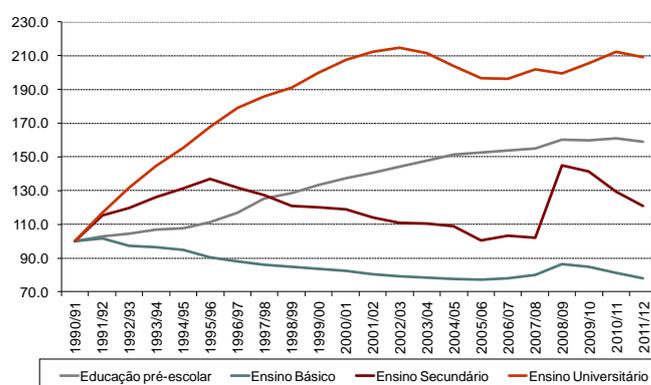
A evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas foi determinada por fatores com impacto de intensidade e durabilidade diferenciados: a Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, a tendência de diminuição da taxa natural da população, o esforço de extensão do ensino pré-escolar e o reforço do ensino superior, bem como a expansão do ensino privado. Mais recentemente, registou-se um processo de certificação de competências e um esforço de expansão do ensino profissional.

Após se ter desvanecido o efeito da aplicação da Lei de Sistema Educativo de 1986, que regulamentou a escolaridade obrigatória de nove anos (posteriormente, em 2009, aumentada para doze anos), a dinâmica da população escolar passou a ser comandada pela diminuição da taxa de crescimento natural da população. Assim, a partir de 1991/1992 desenvolveu-se uma tendência de diminuição da população escolar do ensino básico, iniciada na população do 1º ciclo e alastrando aos restantes ciclos (o movimento de descida no 3º ciclo iniciou-se em 1995/1996). Como resultado, entre 1990/1991 e 2000/2001 a população no básico diminuiu cerca de 19,0%, voltando a diminuir cerca de 6,5% entre este último período e 2005/2006. Porém, nos três anos seguintes registaram-se aumentos face ao número de inscritos. Estes acréscimos foram fundamentalmente determinados pelas inscrições de adultos no 2º ciclo e, sobretudo, no 3º ciclo do ensino básico (nesses dois anos o aumento acumulado foi superior a 120000 inscri-

Anuário Estatístico de Portugal 2012

ções para o conjunto do ensino básico), especialmente no âmbito do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (SRVCC). No período 2009/2012, este efeito começou a esbater-se, baixando de forma contínua o número de inscritos que regressou ao nível de 2006/2007 (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)



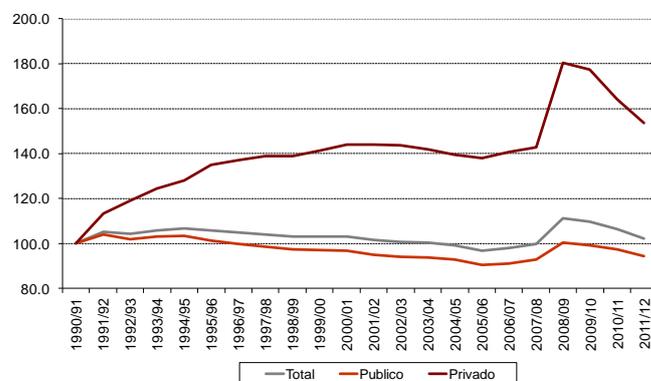
No ensino secundário, a tendência decrescente começou em 1996/1997, pelo que entre 1990/1991 e 1999/2000 ainda se registou um aumento de cerca de 20,0% na população. Seguiu-se uma diminuição em 2007/2008 face a 2000/2001 de 14,3%, tal que o efeito final foi aproximadamente de estabilização da população relativamente ao nível registado em 1990/1991. Nos anos subsequentes verificou-se um fenómeno semelhante ao do ensino básico. Primeiro, ocorreu um aumento muito acentuado em 2008/2010, seguido de uma diminuição embora o nível tenha continuado acima do de 2000/2001.

A expansão do ensino pré-escolar, não obrigatório, foi muito significativa nas duas últimas décadas. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco

anos, enquanto em 2009/2010 cobria 85,0% do mesmo estrato populacional, sendo evidente a tendência crescente desta proporção entre os dois períodos. Para esta variação global contribuiu decisivamente a expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunas/os matriculadas/os no ensino privado. Em 1990/1991 a quota do ensino público em termos de alunas/os inscritas/os era na ordem de 44,0% e 2011/2012 esta proporção foi de cerca de 53,2%, aproximando-se da proporção máxima de 53,3%, alcançada em 2007/2008.

Refira-se ainda a importância crescente do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respetivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Note-se o reforço quase contínuo do seu peso até 2009/2010 em todos os graus do ensino básico, especialmente no 3º ciclo. A partir deste ano letivo verificou-se uma inversão daquela tendência. No ensino secundário o ensino privado tem um perfil semelhante, com o aumento da sua importância relativa até 2008/2009 (24,0%, o que compara com as proporções de 8,5% e de 16,8% em 1990/1991 e em 2000/2001, respetivamente) e uma diminuição nos anos seguintes. Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência foi de clara diminuição até 2004/2005, seguindo-se uma relativa estabilização, para um registo de aumentos nos anos de 2008/2010, baixando em seguida a proporção de inscritos para 46,8% em 2011/2012. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida. Em 1995/1996 atingiu-se o peso máximo de 36,6%, em 2000/2001 a proporção já se situava em 29,4% e em 2011/2012 foi de 18,2% (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



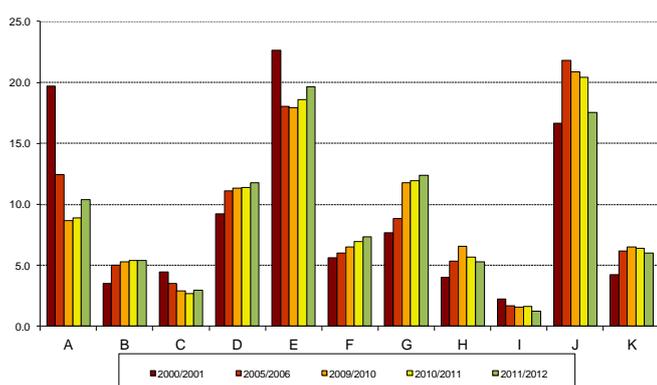
Registe-se o aumento da população escolar inscrita no ensino profissional, na ordem de 114 mil, o que traduz a sua multiplicação por um fator de 17,7 face ao valor de 1990/1991, e por um fator de 3,7 face ao 2000/2001. Este tipo de ensino representava em 2011/2012 cerca de 32,6% da população escolar do ensino secundário, o que compara com a proporção de 9,0% que se verificava em 2000/2001.

No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, que em 2011/2012 foi de 32,2%, contra 15,1% no início da série (ano letivo 1994/1995). Este rácio, estabilizara em torno de 27,0% entre 2002/2003 e 2006/2007, mas voltou a tomar uma trajetória ascendente a partir de então.

Analisando o desempenho das/os alunas/os do ensino universitário entre 2000/2001 e 2011/2012, verifica-se que aumentou o número de diplomadas/os, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 94,3 mil), seja relativamente ao número de inscritas/os (15,8% contra 25,4%), se bem que neste último caso se tenha mantido o retrocesso face ao registado em 2006/2007 e em 2007/2008. A diferença em p.p. face a estes dois anos foi, no entanto, marginal e esteve associada a um maior

número de diplomadas/os. Por outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, entre 2000/2001 e 2010/2011. Verificaram-se diminuições significativas nas proporções de diplomadas/os nas áreas de Formação de Professoras/es/Formadoras/es, de Ciências Empresariais e de Humanidades. Em contrapartida, os principais aumentos observaram-se nas áreas de Engenharia e Técnicas Afins, das Ciências Sociais e de Comportamento, das Artes, Saúde e Serviços Sociais, das Ciências da Vida, Físicas, Matemática e Estatística e Informática e de Serviços Pessoais, Transporte, Ambiente, Segurança (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Diplomados por área de estudo



Legenda

A – Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
B – Artes
C – Humanidades
D – C. Sociais e do comportamento, Informação e jornalismo
E – Ciências Empresariais, Direito
F – Ciências da Vida, Física, Matemática e Estatística, Informática
G – Engenharias e Afins, Indústria Transformadora
H – Arquitetura e Construção
I – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária
J – Saúde, Serviços Sociais
K – Serviços

Em resultado destas mudanças, verificaram-se as seguintes principais alterações no posicionamento relativo das áreas de estudo em 2011/2012 face ao ano transato: a Saúde e Serviços Sociais passaram da primeira para a segunda posição, com as Ciências Empresariais e Direito a ocuparem a primeira posição. As restantes áreas, com exceção das Artes e da Arquitetura e Construção que alternaram entre si a oitava e nona posição, mantiveram a mesma ordem de importância relativa.

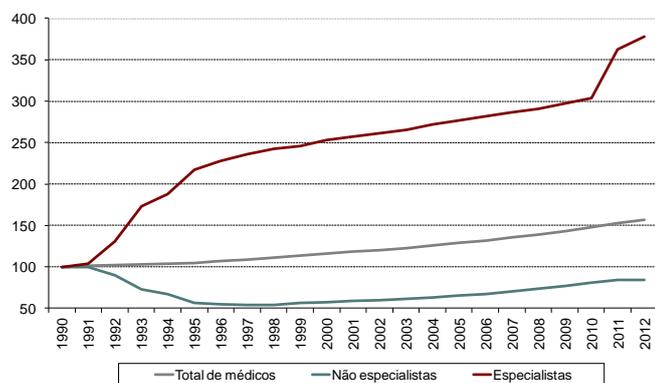
Saúde

De acordo com a informação disponível, parte apenas referente até 2011, mantêm-se as tendências anteriormente detetadas de aumento dos recursos humanos no setor, com aumentos da capacidade de oferta em segmentos mais especializados e com maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos, manteve-se a melhoria contínua do rácio número de médicos/os por mil habitantes, que foi de 4,2 em 2012, quando em 2000 se situava em 3,2. A mesma tendência, e até mais intensa, continuou a detetar-se no rácio número

de enfermeiras/os por mil habitantes, que alcançou o valor de 6,2 no mesmo ano, quando em 2000 se situara em 3,7. O número de especialidades detidas pelos médicos/os continuou a aumentar, à taxa de 4,2%, enquanto se assistiu a um decréscimo de 0,4% no número de médicas/os não especialistas. Em 2011 havia cerca de 193 especialistas por cada 100 médicas/os não especialistas, traduzindo uma melhoria neste rácio após uma ténue mas contínua diminuição desde 2001, em que a relação era de 190 para 100 (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Índices de médicos segundo a categoria

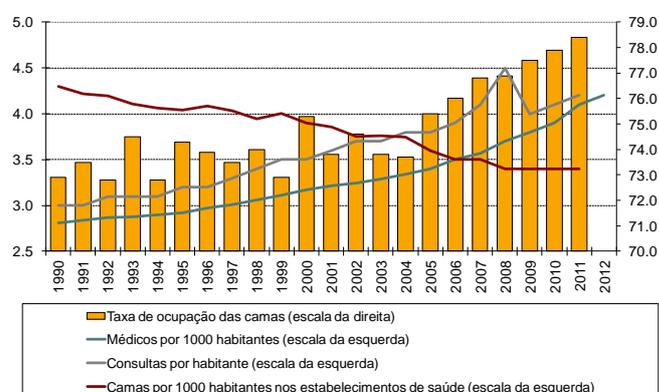


Relativamente à capacidade de internamento, em 2011 o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 35601 (35646 em 2010), o que representa uma diminuição de 1771 e de 2564 face ao existente em 2005 e 2000, respetivamente, tendo ocorrido também diminuições nos centros de saúde (menos 665 e menos 1087 camas, para os mesmos anos). Por outro lado, aumentou substancialmente, para 860, o número de salas de operações nos hospitais (mais 103 e mais 134, face a 2005 e a 2000, respetivamente).

No que se refere aos serviços prestados, verifica-se uma tendência geral para o seu aumento, a avaliar pelos indicadores disponíveis. Em 2011 verificou-se uma diminuição

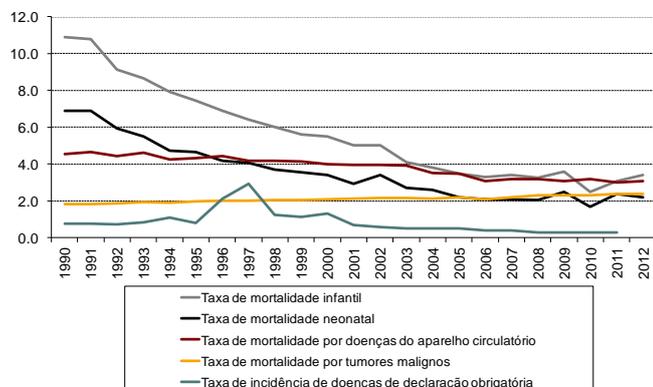
do número de grandes e médias intervenções cirúrgicas, que recuaram aos níveis alcançados em 2008, mas ainda assim largamente superior ao que se registara em 2005, ano em que a tendência de aumento fora pontualmente contrariada. O número de consultas externas em 2011 aumentou nos hospitais 2,0% e nos centros de saúde em 2012, 6,2% após a estagnação observada em 2011 (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde



Quantos aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, em 2012 a taxa de mortalidade infantil aumentou para 3,4 óbitos por 1000 nados vivos, contrariando a contínua tendência de diminuição. Recorde-se que em 1990 o seu valor fora de 10,9, tendo diminuído quase continuamente até 2008, ano em que alcançou o valor de 3,3; em 2009 aumentou para 3,6 para logo a seguir alcançar o seu valor mínimo de 2,5. No que se refere às principais causas de morte em Portugal, do total de óbitos ocorridos em 2012, 30,4% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório e 23,9% por tumores malignos. Relativamente às respetivas taxas de mortalidade, a primeira retomou a tendência crescente, situando-se em 3,1‰, enquanto a segunda manteve-se estável, situando-se em 2,4‰ (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Indicadores relacionados com a mortalidade



Atividade Económica

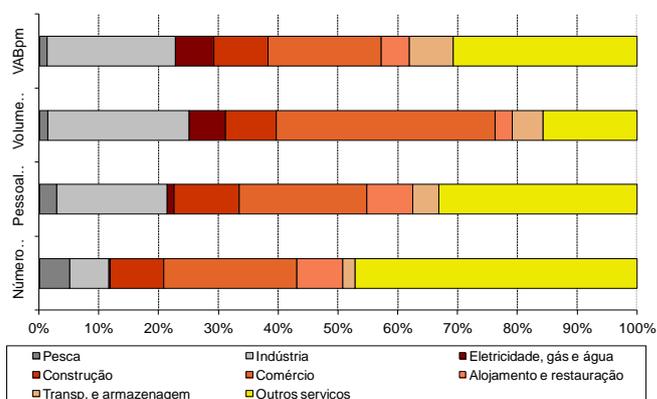
Empresas

Na estrutura empresarial (empresas não financeiras), o conjunto dos serviços ocupa um papel predominante, muito embora o seu peso varie de acordo com a variável em observação. Comparando os dados do Sistema de Contas Integrado das Empresas (SCIE) de 2011 e de 2010, verifica-se que os serviços mantiveram a sua importância relativa quando considerando o número de empresas e o pessoal ao serviço, nas proporções de 79,2% e de um pouco mais de 66,6%, respetivamente, e diminuíram em termos de volume de negócios 1,1 p.p. passando a representar 60,4% do total.

Intra-área, o setor do comércio é maioritário, quando se considera o volume de negócios como variável de referência, muito embora se tenha verificado uma diminuição do seu peso face ao 2005. Em contrapartida, e comparando com o mesmo ano, os setores de Eletricidade, Gás e Água, e os Outros Serviços (prestados às empresas, imobiliários, de saúde e de educação, entre outros) foram os que apresentaram os maiores aumentos de importância relativa, quando tomando como referencial o volume de negócios, sendo de notar que nesta variável o

aumento mais significativo foi proveniente do sector de Eletricidade, Gás e Água. As indústrias transformadoras continuam a ter um papel de relevo, dados os pesos de 18,5% e de 23,7%, nos totais de pessoal ao serviço e de volume de negócios, respetivamente, muito embora também tenham diminuído de importância face ao resultado de 2005 (em termos de volume de negócios a redução foi de 0,7 p.p. e no emprego foi na ordem de quase 4,0 p.p.) (Gráfico 25).

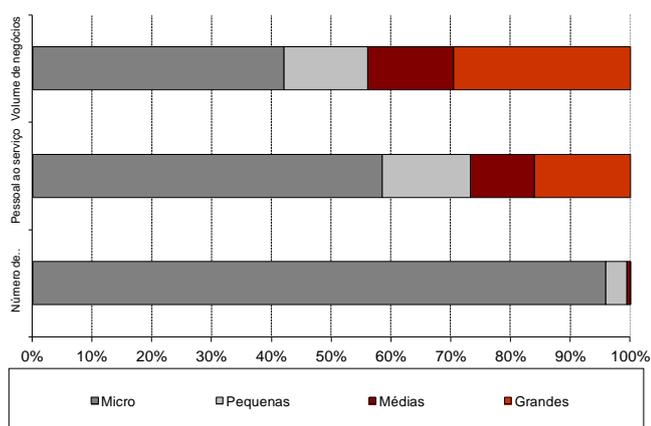
Gráfico 25 – Estrutura empresarial por atividades em 2010



Por outro lado, a estrutura produtiva continua a ser bastante determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas. Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2011 foi muito semelhante à de 2010, de cerca de 3,4 pessoas ao serviço, valor que não se afasta muito do que se verificava em 2005. A proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (micro empresas) no total das empresas foi na ordem de 95,7%, abrangendo 44,4% do pessoal ao serviço e de 19,1% do volume de negócios. Alargando às empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (pequenas empresas), verifica-se que este conjunto representou mais de 99,4% do número de empresas, a que correspondeu uma proporção muito próxima de 64,2% do número de

peças ao serviço e de 38,6% do volume de negócios. O conjunto das pequenas e médias empresas (até 249 pessoas ao serviço) representava 99,9% do número de empresas, 78,5% do pessoal ao serviço e 58,8% do volume de negócios (Gráfico 26).

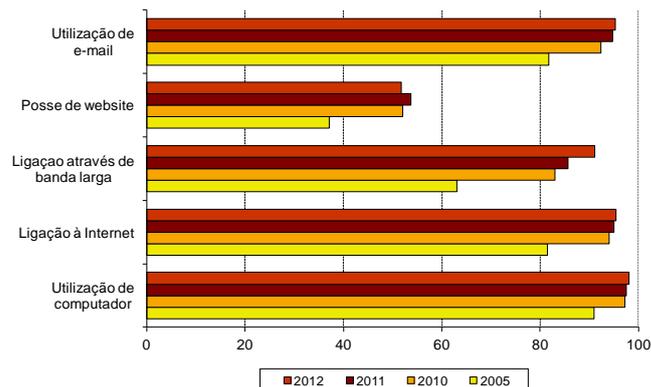
Gráfico 26 – Estrutura empresarial por tipo de empresa em 2010



No que se refere à utilização de TIC, manteve-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta matéria, a proporção de empresas dispostas de computadores em 2012 foi de 98,1%, mais 0,6 p.p. do que no ano precedente e um pouco mais de 7,0 p.p. do que em 2005. Por outro lado, 95,4% das empresas dispunha de acesso à *internet* (um pouco mais do que em 2011), sendo que 91,1% do total poderia aceder através de banda larga, neste caso traduzindo um ganho de 5,4 p.p.. Comparando com 2005, os ganhos nestas duas variáveis foram mais pronunciados: 13,9 p.p. e 28,1 p.p., para o acesso à internet e ligação por banda larga, respetivamente. Já no caso da proporção de empresas com presença na internet (dispor de “websites”) e que receberam encomendas eletrónicas verificaram-se retrocessos, com reduções de 1,9 p.p. e de 1,5 p.p., respetivamente face aos valores de 2011.

Porém, os resultados obtidos são claramente mais elevados do que os de 2005. A proporção referente à presença na internet foi de 51,8%, o que compara com 37,1% em 2005, e a que se refere às encomendas recebidas foi de 14,2%, o que compara com 8,6% (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Utilização de TIC (% de empresas)



Comércio Internacional

A taxa de cobertura das importações pelas exportações cresceu pelo quarto ano consecutivo, atingindo, em 2012, o valor mais alto da série (80,6% que representa um acréscimo de 8,3 p.p. face ao que se registou em 2011 e de 15,5 p.p. face a 1990).

As exportações registaram uma taxa média anual de crescimento de 6,7% desde 1990, inferior em 1 p.p à registada pelas importações nesse mesmo período. Ambos os indicadores conheceram uma forte queda em 2009 (18,4% para as exportações e 20% para as importações) à qual se seguiram três anos de crescimento à taxa média de 12,7% no caso das exportações e 3,3% para as importações. Relativamente às importações a recuperação não se fez sentir: em 2010 o acréscimo de 14,1% permitiu alguma recuperação embora com valores abaixo do nível de 2007, no ano seguinte manteve-se quase estagnado e por último já em 2012 registou um

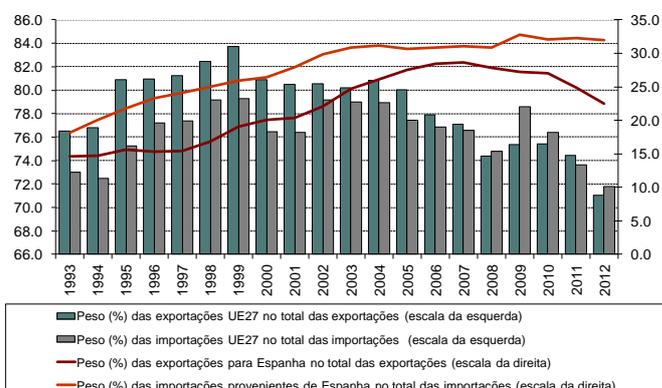
valor sensivelmente simétrico ao das exportações do qual resultou a já referida melhoria na taxa de cobertura.

Em 2012 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi de 62,4%, crescendo pelo terceiro ano consecutivo. A evolução deste indicador em 2012 está associado a um forte abrandamento das importações, dada a quebra da procura interna, à manutenção de um crescimento elevado do valor das exportações, bem como de uma quebra do PIB a preços correntes.

A União Europeia (UE27) continua a ter o maior peso no destino (71,0%) e origem (71,8%) das trocas comerciais com principal destaque para Espanha que registou um peso nas exportações de 22,5% e nas importações de 32,0%. A Alemanha é o segundo país da UE27 com maior peso nos fluxos comerciais sendo o destino de 12,4% das mercadorias exportadas e a origem de 11,4% das importações. A tendência para a diminuição destes pesos traduz uma mudança no sentido da diversificação dos parceiros comerciais. No âmbito dos PALOP, os fluxos comerciais com Angola representaram o maior peso sendo destino de 82,8% das exportações de mercadorias e origem de 98,6% das importações.

Os outros países com maior peso nas exportações de mercadorias portuguesas foram os Estados Unidos da América (4,1%), a China (1,7%) e o Brasil (1,5%). Quanto às importações de outros países saliente-se o Brasil (2,4%), a China (2,4%) e os Estados Unidos da América (1,7%) (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



A estrutura do comércio por grupos de produtos tem sofrido algumas alterações, em ligação com o enquadramento externo e a conjuntura nacional. Do lado das exportações, há a assinalar a estabilidade dos produtos alimentares e agrícolas, e o contínuo aumento do peso dos combustíveis minerais enquanto o material de transporte e acessórios conheceu uma inflexão na tendência que tinha sido de crescimento desde 2009 e que em 2012 passou a ser de queda. Nas importações, o aumento mais evidente encontrou-se nos combustíveis minerais, enquanto as diminuições se situaram nos veículos e outro material de transporte e nas máquinas e aparelhos, sendo de notar que os produtos alimentares e agrícolas mantiveram sensivelmente o seu peso.

Contas Nacionais

O período delimitado pelos anos de 1995 e de 2012 pode ser dividido em duas partes segundo o grau de dinamismo económico: uma, mais curta, situada entre 1995 e 2001, na qual se verificou um intenso crescimento do PIB, a uma taxa média de 3,9%, muito embora em desaceleração no último ano deste período. A outra, desde 2002, de estagnação económica, e que compreende três situações recessivas, de 2003, de 2009 e de 2011 em

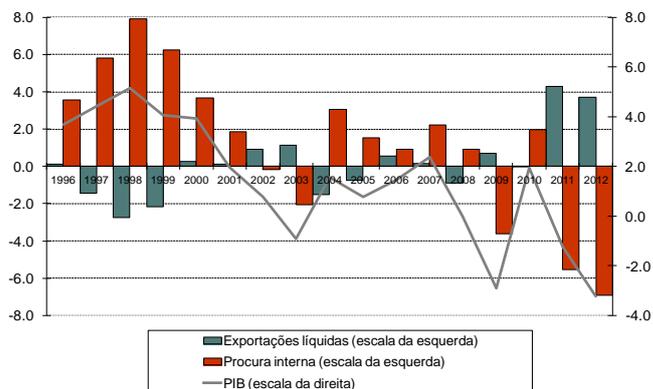
diante. Qualquer uma destas situações se encontra crescentemente em fase com as economias europeias, embora com diferentes amplitudes. Especificamente, a recessão mais recente está ligada à moderada recuperação das economias após a crise de 2008-2009, sendo a característica recessiva determinada pelo impacto da política de natureza restritiva aplicada à economia portuguesa.

Em 2012 o PIB diminuiu à taxa de -3,2%, acentuando a quebra registada no ano precedente. Comparando as quebras verificada nestes dois anos, verifica-se que do lado da procura agregada os movimentos foram do mesmo tipo: contração da procura interna e melhoria da procura externa em termos líquidos. No entanto, as intensidades foram suficientemente distintas para que se tivesse verificado o referido agravamento, na ordem de 1,9 pontos percentuais (p.p.). Com efeito, em 2012 a contração da procura interna foi mais acentuada, apresentando uma taxa de -6,6% (contra -5,1% em 2011), originado uma forte contribuição negativa para a variação do PIB, na ordem de 6,9 p.p. (-5,5 p.p. em 2011); e a procura externa líquida apresentou um contributo menos positivo, de 3,7 p.p. (4,4 p.p. em 2011).

No plano interno, o valor das despesas das famílias residentes em bens e serviços caiu à taxa de -5,4% (-3,4% em 2011), sendo que apenas as despesas em bens alimentares se mantiveram aproximadamente ao nível registado no ano precedente (variação de -0,6%). Nos bens de consumo corrente e duradouro os agravamentos foram bastante acentuados, registando-se taxas -4,5% e de -22,4%, respetivamente (em 2011, e pela mesma ordem, as evoluções foram de -2,2% e de -17,3%). As despesas das famílias em consumo contribuíram com -4,0 p.p. para a variação de -5,2% nas despesas de con-

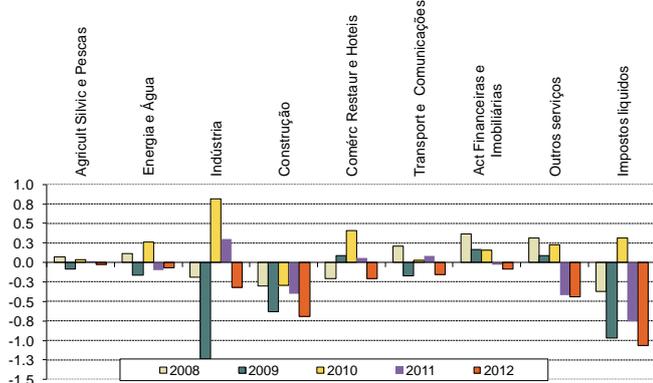
sumo final, sendo o restante proveniente das despesas das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (contribuição de -0,1 p.p.) e das administrações públicas (contribuição de -1,1 p.p.). Por seu turno, a formação bruta de capital diminuiu à taxa de -13,4% (-11,1% em 2011). A principal contribuição para esta contração foi dada pelo investimento em construções (compreendendo o investimento efetuado pelas famílias e pelas empresas), sendo também de registar as contribuições no mesmo sentido das parcelas respeitantes a outras máquinas e equipamentos e a material de transporte (contribuições de -1,8 p.p. e de -1,5 p.p., respetivamente). Assinale-se que entre 2008 e 2012 a taxa média de variação da formação bruta de capital fixo foi de -7,4%.

Gráfico 29 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



Do lado da oferta, todos os ramos de atividade considerados tomaram andamentos negativos e a generalidade em agravamento face às variações observadas no ano precedente. As evoluções mais desfavoráveis em 2012 registaram-se nos ramos da construção e da indústria, cujas taxas de variação do VAB foram de -14,8% e de -2,5%, respetivamente (-8,0% e crescimento de 2,4% em 2011). A totalidade dos serviços também evoluiu negativamente, à taxa de -1,4% (em 2011 apresentara uma diminuição de -0,5%) (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



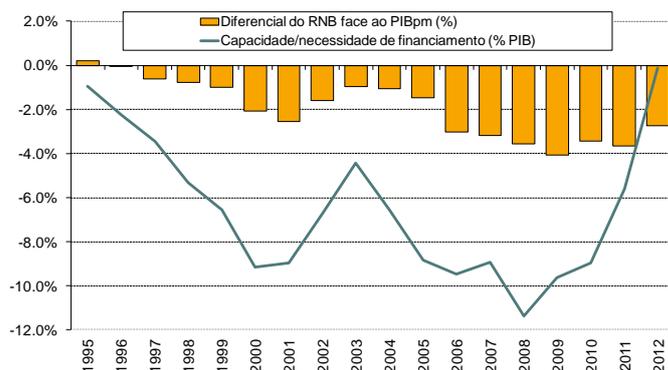
Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado, até 2001, e de 2002 até 2012, respetivamente, seja perceptível na generalidade dos ramos de produção, constata-se que o dos serviços foi apresentando um crescimento médio superior aos da indústria e da agricultura. Associado a este dinamismo, registou-se um aumento do preço relativo dos serviços. Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura. Em 1995 estes dois ramos representavam um pouco mais de 21,0% no PIB a preços correntes, enquanto em 2012 representaram 14,5%. Para os mesmos anos, os serviços tinham a importância de 57,8% e de 64,8%, respetivamente.

A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital), medida pelo rácio com o PIB, foi aumentando ao longo do período entre 1995 e 2001, atingindo um patamar de aproximadamente -9,0%, ficando os movimentos a partir daí condicionados pelas situações recessivas. Assim, em 2003, registou-se uma melhoria da necessidade líquida de financiamento, mas em seguida retornou-se para o patamar de -9,0%, com um pico de -11,4% em 2008. A partir de 2011 é notória a melhoria deste rácio, tendo

atingido o valor de -5,6% nesse ano, e anulando-se praticamente em 2012 (-0,1%).

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital que ocorreram desde 1995 foram agravando a posição de Investimento Internacional (valor do stock de ativos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2009 o valor negativo deste saldo atingiu 4,1% do PIB, impondo uma diferença do mesmo montante entre o PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB). Em 2010 e em 2011 este rácio oscilou em torno de -3,5% e em 2012 registou-se uma melhoria, tendo-se situado em -2,8% (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm

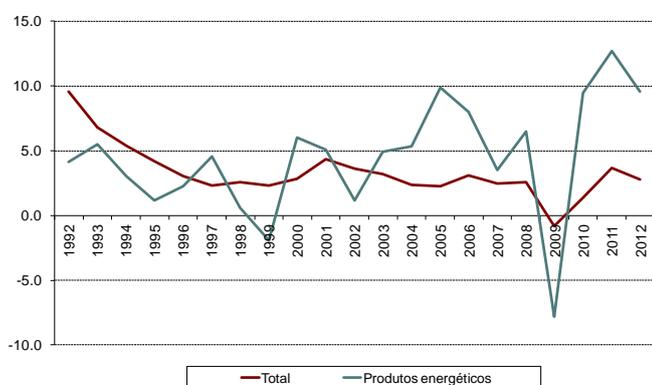


Preços

O crescimento dos preços, quando avaliado pela taxa de variação do IPC, situou-se em 2,8% em 2012 o que representa uma desaceleração face a 2011, ano em que se registou 3,7%. As classes de Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e dos Restaurantes e hotéis registaram um crescimento de preços superior ao ano anterior (2,1 p.p., 1,1 p.p. e 3,1 p.p., respetivamente).

te). Há quatro anos consecutivos que a classe do vestuário e calçado regista uma diminuição dos preços tendo em 2012 atingido a descida anual mais acentuada (5,2%). Na classe de bebidas alcoólicas e tabaco o crescimento desacelerou registando 4,8% em 2012 face aos 7,9% verificados em 2011. As classes da Saúde e das Comunicações registam um ligeiro aumento abaixo de 0,5% (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos



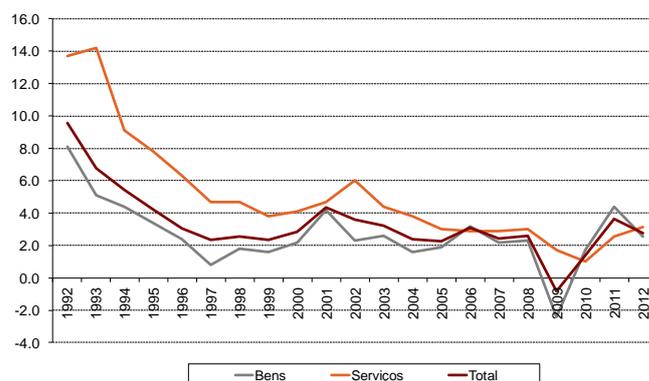
Houve uma estagnação nos termos de troca em resultado do deflator registado para as importações de bens e serviços ser semelhante ao mesmo indicador para as exportações (1,4 %).

Saliente-se que a evolução negativa dos custos unitários de trabalho por unidade produzida ao longo do ano de 2012 produziu um impacto na quebra dos custos de produção de bens e serviços que se refletiu no comportamento dos preços no consumidor. Tal como no ano anterior esta trajetória foi muito condicionada pelo não pagamento de subsídios e pela redução das remunerações nas Administrações Públicas.

Por outro lado, a componente de bens do IPC registou, em 2012, um crescimento médio anual menos acentuado que o da componente de serviços (2,5% e 3,1%, respec-

tivamente), contrariamente ao verificado nos dois anos anteriores. De evidenciar que se assistiu, face a 2011, a uma desaceleração na taxa de crescimento dos preços da componente bens (quebra de 1,8 p.p.) e ao movimento contrário da componente serviços que acelerou 0,6 p.p. (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços



A taxa de variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), indicador de referência para comparações da inflação entre os países da União Europeia, situou-se em 2,8% (menos 0,8 p.p. do que no ano anterior). Comparando com as evoluções correspondentes tanto na UE27 como na área do Euro, a diferença voltou a ser positiva em 2012 (0,2 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente), embora menos acentuada do que em 2011 (em que os diferenciais foram de 0,5 p.p. e de 0,9 p.p. (Gráfico 34).

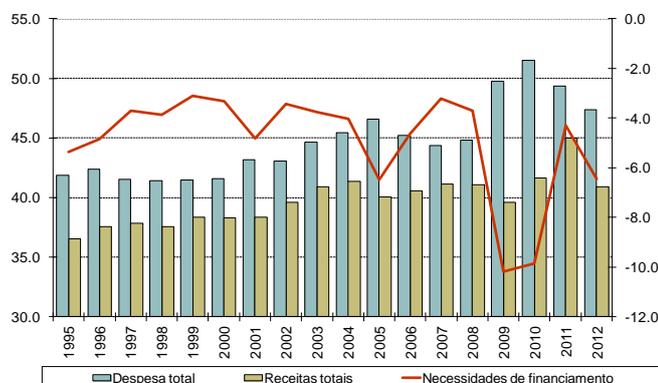
Gráfico 34 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)



Administrações Públicas

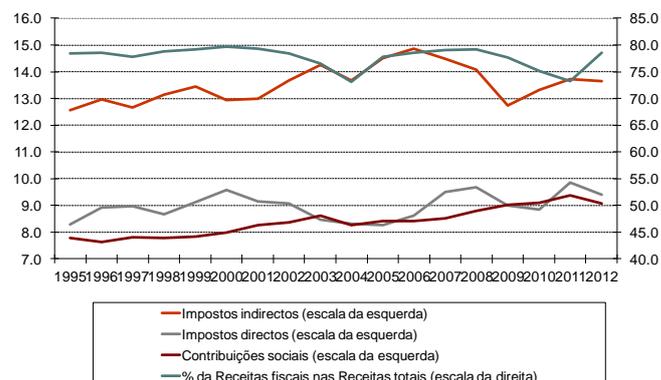
Em 2012 verificou-se um aumento da necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas, que representou, na ótica de contabilidade nacional, 6,5% do PIB, mais 2,1 p.p. do que em 2011. Esta evolução refletiu os efeitos conjugados de uma diminuição das receitas totais em 4,1 p.p. e de uma diminuição das despesas totais em 1,9 p.p. (Gráfico 35). A despesa primária diminuiu cerca de 2,3 p.p., o que, combinado com o assinalado comportamento das receitas totais gerou um aumento do défice primário de 1,8 p.p., passando este a representar 2,1% do PIB. (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)



A diminuição das receitas deveu-se principalmente à evolução das receitas de capital, que registaram uma diminuição de 3,1 p.p. face ao rácio de 2011, embora também nas receitas correntes se tenha verificado uma diminuição, na ordem de 1,0 p.p., atribuída principalmente às diminuições dos impostos sobre o rendimento e património e das contribuições sociais totais (reduções de 0,5 p.p. e de 0,7 p.p., respetivamente), mais do que compensando os aumentos nas vendas e em outras receitas correntes. Em resultado das reduções nos impostos e nas contribuições sociais efetivas, a carga fiscal registou uma diminuição de 0,9 p.p., passando a representar 32,1% do PIB (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas



A diminuição do rácio das despesas totais, contrária ao movimento registado em 2001, ficou a dever-se aos comportamentos no mesmo sentido da despesa corrente e da despesa de capital, que apresentaram reduções de 0,9 p.p. e de 1,1 p.p. nos respetivos rácios relativamente ao PIB. No caso das despesas correntes, há a considerar a redução das despesas com pessoal (-1,4 p.p.) que, em conjunto com diminuições de menor relevo dos consumos intermédios e dos subsídios, mais do que compensa-

ram os aumentos verificados nas prestações sociais (+0,4 p.p.) e nos juros (+0,3 p.p., juros na ótica do Procedimento dos Défices Excessivos), que passaram a representar, respetivamente, 22,5% e 4,3% do PIB. Nas prestações sociais cabe referir que foi a parcela de “prestações sociais exceto transferências sociais em espécie”, que contribuiu positivamente para o referido aumento, enquanto a parcela de transferências sociais em espécie (relativas a despesas com produtos fornecidos às famílias através de produtores mercantis), denotou uma diminuição de 0,1 p.p.). No caso das despesas de capital, a redução ocorrida resultou do comportamento da formação bruta de capital fixo (Gráfico 37).

A dívida pública manteve a trajetória ascendente, iniciada em 2001, tendo passado para 124,1% do PIB, o que representou um agravamento de 15,9 p.p. relativamente a 2011, e um agravamento acumulado de 52,4 p.p. em quatro anos.

Anuário Estatístico de Portugal 2012.
Informação disponível até 30 de Setembro, 2013,
incorporando a revisão das contas nacionais de
Dezembro de 2013.

Gráfico 37 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total

